

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 1999 (Em apenso: PL nº 363/99)

Exige contratos em linguagem acessível e tamanho mínimo de letras com corpo 14/16 e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado VILMAR ROCHA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei apresentado na Legislatura anterior, que introduz alteração na Lei nº 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Ao Projeto principal encontra-se apensado o de nº 363/99, do mesmo Autor e com escopo semelhante.

Os projetos foram distribuídos, ainda em 1999, inicialmente à CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, onde foram aprovados nos termos do Substitutivo oferecido pelo Relator, nobre Deputado CELSO RUSSOMANNO.

Agora as proposições encontram-se nessa douta CCJR – Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, após o regular desarquivamento no início da presente Legislatura, onde aguardam parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e no prazo previsto para o regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa das proposições epigrafadas é válida, já que ambas visam introduzir alterações na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Compete mesmo à União legislar, privativamente, sobre o Direito Civil, onde se insere em grande parte o moderno Direito do consumidor (art. 22, I, da CF). No mais, nada a objetar quanto à constitucionalidade e juridicidade das proposições, não sendo a matéria reservada à Lei Complementar.

Já quanto à técnica legislativa, achamos por bem oferecer os Substitutivos em anexo às proposições, aperfeiçoando e adequando as mesmas aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98.

Assim, em razão dos argumentos expostos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pelos Substitutivos em anexo, dos Projetos de Lei de nºs 362 e 363, ambos de 1999; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo ao PL nº 362/99 adotado pela CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado VILMAR ROCHA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 362, DE 1999 (Em apenso: PL nº 363/99)

Exige contratos em linguagem acessível e tamanho mínimo de letras com corpo 14/16.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado VILMAR ROCHA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.....
.....

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em letra corpo 14/16, no mínimo, e em linguagem acessível de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (NR)”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado VILMAR ROCHA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 363, DE 1999 (Em apenso: PL nº 362/99)

Define regras para cláusulas que limitam direitos em contratos de adesão.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado VILMAR ROCHA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 4º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, em letra corpo 18, no mínimo, sempre de tamanho superior ao restante do texto e em linguagem acessível. (NR)”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado VILMAR ROCHA
Relator